

O LEGADO DE VARGAS NO BRASIL

Fabio Luiz Oliveira De Carvalho¹ Dalmo De Moura Costa² Bruno de Oliveira Silva³ Fabiana Lopes Martins⁴ Wellington Pereira Rodrigues⁵ Francielly Vieira Fraga⁶ Carla Augusta Rossetti Barassa⁷

¹ Fisioterapeuta, professor e coordenador do curso de fisioterapia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais-UniAGES. Email: prof.fabioages@hotmail.com

² Graduado em Engenharia agrônômica pela Universidade Estadual de Piauí e Licenciado em História pelo Centro Universitário Uniseb.

³ Licenciado em História pela Faculdades Integradas de Cruzeiro.

⁴ Docente no Colegiado de Enfermagem do Centro Universitário Amparense – UNIFIA

⁵ Enfermeiro Graduado pelo UniAGES

⁶ Enfermeira Coordenadora do Colegiado de Enfermagem do UniAGES

⁷ Docente do Colegiado de Nutrição do Centro Universitário Amparense - UNIFIA

Resumo

Getúlio Vargas é um marcante personagem da história do Brasil, foi um relevante político brasileiro, nascido em São Borja no Rio Grande do Sul. Durante a sua carreira exerceu cargos como o de deputado, ministro da fazenda e presidente do seu estado natal, antes da presidência da república, cargo que concorreu em 1930, sendo derrotado nas eleições. Em 3 de outubro liderou um movimento revolucionário que o levaria a um governo provisório, e após 4 anos foi eleito presidente constitucional. Foi deposto e posteriormente retornou ao poder, dessa vez legítimo, através de eleição, e devido à fortes pressões políticas, suicidou-se em 1954. Inaugurou o populismo no Brasil, defendia o nacionalismo e por conta disso realizou um grande desenvolvimento no Brasil, criando a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, a companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco, entre outros. Foi também responsável por grande transformação trabalhista, consolidando as leis do trabalho e melhorando a condição dos trabalhadores no Brasil.

Palavras-Chave: Getúlio Vargas; História do Brasil; Populismo

1.Introdução

O período empreendido entre a crise de 1929 e término da II Guerra, foi marcado pelo governo ambíguo de Vargas. Seu governo é marcado pelo investimento na indústria de base,

conseguindo o poder de forma totalitária no qual foi denominado “Era Vargas” (1930-1945), no âmbito econômico, o governo conseguiu firmar autonomia construída desde 1930 fornecendo condições de nacionalizar multinacionais e ampliar os poderes sindicais.

SOARES (1974) enfatiza que o processo de elaboração das diretrizes políticas básica tomada com vista ao desenvolvimento econômico em áreas estratégicas, principalmente no comércio internacional, na siderúrgica e no petróleo, afirmando interligação. Dentre os elementos que influenciaram o processo decisório tem os grupos de maiores interesses econômicos e privados nacionais, a relação pela qual se ligam formal ou informalmente ao governo e seus vínculos estrangeiros ressaltando a dependência econômica em relação ao exterior. Em relação às siderúrgicas e ao petróleo, o exército com suas ideologias nacionalistas, promovendo uma relevante manifestação da classe mediana, através do nacionalismo.

Por meio do golpe de Estado de 3 de outubro de 1930, Getúlio Vargas chegou ao poder no Brasil. O cenário político nacional foi palco de uma intensa disputa ideológica. No terreno da extrema direita, as ideias fascistas se propagavam no Brasil, um marco nesse processo foi a Fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932. Presidida por Plínio Salgado, tendo o seguinte Slogan “Deus, Pátria e Família”- sintetizava os princípios conservadores (DOMINGUES, 2007).

Para Soares (1974), dois marcos altera o sistema político de dominação: no plano político, aquele que representado pela revolução de 1930 com a criação de partidos políticos, ampliação do aparato estatal. No plano socioeconômico a urbanização e a industrialização. O autor enfatiza os dois últimos fatores como determinantes de uma gradativa mudança já antes dos anos 30, o fenômeno da urbanização é definido pelo processo de migração de elementos das zonas menos favorecida para a zona urbana.

A “Era Vargas” enfatizou um dos aspectos de repressão e manipulação ao movimento operário com características de construção de um mito de pai dos pobres através de concessões e benefícios. No entanto, a Era Vargas constitui-se em um momento que, elementos como violência, manipulação e benefícios se combinavam de modo a se construir uma imagem de “trabalhismo”, como expressão idônea de uma nação pacificada e unificada. Buscando esclarecer a sociedade no Brasil, em que os métodos estabelecidos pelo modelo “paternalista” se combinavam com aqueles oriundos do modelo “liberal”, especialmente no que diz respeito ao campo das relações econômicas e formação de classes de trabalho (NEVES, 2001).

Neste contexto, o Estado brasileiro do pós-1930 pôde se proclamar um estado forte, centralizado e antiliberal, sem perder a conotação de democrático, isto é, justo e protetivo, e articula duas dimensões de qualificações desse estado com arquitetura moderna, ampliando suas funções no intervencionismo econômico e cultural, ao mesmo tempo montando uma burocracia com base no modelo weberiano, porém ao mesmo tempo personificava na face de Getúlio Vargas, a figura carismática encarregada de conduzir o processo de mudança e assumir as novas tarefas que cabiam ao Executivo. Neste sentido o estado autoritário democrático do pós-1930 é uma “modernização” das tradições de poder privado e personalismo caros à sociedade (GOMES, 2005)

Desta forma, com base em NEVES (2001), ao mesmo tempo em que podem esclarecer as relações entre pressões e contrapressões que as forças sociais empreendem no conjunto das lutas sociais, estabelecendo um movimento contraditório que desafia as teorias do controle sociais, o getulismo mantinha com as “leis” de mercado uma relação de ambiguidade, buscando alcançar um pleno equilíbrio político e liberalismo econômico. A constituição de 1934 elegeu Vargas como presidente por quatro anos sem direito a reeleição, nesse governo houve a aliança totalista e ameaça comunista, criando um ambiente favorável para ao golpe do Estado Novo (1937-1945).

Neste contexto, com a extinção do Legislativo, a subordinação do judiciário ao Executivo e a indicação de inventores além de uma forte legislação trabalhista contribuiu para permanência de Vargas no poder por mais tempo que na constituição. Vargas usou os meios de comunicação para persuadir o povo, promovendo uma imagem de herói e o populismo do seu governo. Com a eclosão da Segunda Guerra em 1939, o Brasil ficou numa posição complicada por conta da sua aliança histórica com a Inglaterra e os Estados Unidos, após navios afundados pela marinha nazista na costa Brasileira, durante o conflito. O término da Guerra deixou o Governo de Vargas fragilizado.

Kanaan (2004) aborda o mandato de Vargas e todo processo que resultou nas diretrizes de seu governo como um marco na história política do país, visto que significou um novo paradigma. As reformas implementadas por Vargas se iniciaram com estudos e discussões envolvendo vários segmentos da sociedade, as ideias oriundas deste debate nortearam o desenvolvimento industrial e urbano do país. O estudo e o planejamento em todos os setores da economia nacional foram responsáveis pela lei e pelas medidas econômicas que nortearam investimentos nos setores industriais do país, e as relações de trabalho na indústria brasileira, com o objetivo de mudar o foco da exportação brasileira, para

só então o Brasil servir de suporte para o desenvolvimento industrial e um país independente com capacidade e autonomia para ter um mercado interno sendo um modelo para os demais países da América Latina.

O presente estudo constitui-se de uma revisão de literatura, no qual se realizou uma consulta aos artigos científicos selecionados através de buscas no banco de dados do SCIELO, Google Acadêmico,

Para isso, foram selecionados artigos publicados utilizando os seguintes termos durante a busca: A Era Vargas, Getúlio Vargas, Populismo, Golpe de Estado, Industrialização no Brasil, Leis Trabalhistas.

Os critérios de inclusão para o estudo foram às abordagens em torno de Getúlio Vargas e o seu período de governo.

O objetivo principal é elucidar os feitos de Getúlio Vargas durante seu governo e tem como objetivos específicos abordar o período de avanço industrial, trabalhista e o populismo no Brasil.

Tais temas se justificam devido à compreensão de um período político importante, cujos reflexos são presentes até os dias atuais e sua compreensão auxilia no entendimento da atual conjuntura política brasileira.

2. Desenvolvimento

2.1 Períodos Ditatorial

Durante a Era Vargas, houve aproximações e distinções do regime militar pós-1964, bem como os rumos dos pensamentos autoritários no Brasil durante o século XX. Getúlio Vargas foi durante quase vinte anos de mandato consecutivo um chefe de estado Ditatorial (1930-34 e 1937-45), mas também o primeiro presidente eleito, por uma Assembleia Nacional Constituinte, depois, diretamente pelo povo sendo nessa condição que cometeu suicídio, oferecendo seu copo físico e político ao país e ao povo. Dessa forma nenhum presidente da

República, no Brasil, aproxima-se de Vargas, no que se refere a duração de tempo no poder e condição dramática de governo (GOMES, 2005).

De acordo com FERREIRA (2006), se o golpe de 1964 foi visto como a “segunda morte de Vargas”, também significou uma eliminação da sua herança, assim o regime militar tratou a memória de Vargas no vigésimo aniversário do seu suicídio. Na câmara de deputados, em Brasília, os líderes dos novos partidos criados pelo regime militar optavam por um discurso em sua homenagem, em meio a um teatro no qual a ênfase era o desenvolvimento econômico.

Com base em GOMES (2005), a memória positiva do nome e do tempo de Vargas não se deve a pena aos méritos políticos. Há fatores e questões que reforçam a implementação de um sistemático esforço para combinar propaganda, associado a políticas públicas inovadoras, especialmente no campo social e cultural. Ou seja, a figura de Vargas na história contemporânea, significa compreender que seu discurso e sua política, construídas no marco do pensamento nos de 1920-40, encontraram condições favoráveis para se estabelecer e, sobretudo transformar e perdurar na mentalidade nacional.

Duas décadas após o suicídio de Vargas, não apenas conteúdos positivos foram associados à sua memória. No artigo do jornalista Carlos Castelo Branco, havia uma posição única a seu respeito, cujo título “A ditadura”, a censura praticada no Estado Novo, a ação repressora do governo diante das manifestações políticas e as prisões, são aspectos rememorados, no qual emerge VARGAS DITADOR, odiado por aqueles que defendiam a liberdade de expressão. A ditadura de Vargas propiciava a “corrupção” sob todas as formas e se tornava ineficiente como fator de mobilização do trabalho, nos tempos sem comunicação, havia além da ditadura Estadual, ditaduras Culturais (FERREIRA, 2006).

De acordo com Saviani (2013), Vargas é com frequência chamada de ditador devido o Estado Novo (1937-1945), o que, tecnicamente é correto. É preciso considerar que o Estado Novo foi uma forma de completar a evolução política e social iniciada em 1930, esse mesmo rótulo deveria ser relativizado, já que Vargas errou ao decidir embarcar no Estado Novo, não teria sido o estadista que foi se houvesse então realizado eleições. Vale ressaltar que a identificação entre Estado e Nação, aliada a concentração da autoridade do Estado na figura do presidente, há ligação direta entre governante e povo sem necessidade de intermediários para traduzirem os interesses particulares.

Vale salientar que Getúlio Vargas, sepultou da constituição de 1934 e eliminou qualquer possibilidade de exercício da democracia representativa do país, ele decretou o

estado com a Lei de Segurança Nacional, no qual todos meios de comunicação foram censurados. Em 1936, foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, nesse período importantes personagens culturais, intelectuais, artistas, jornalistas e escritores como, Jorge Amado, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, o sociólogo Gilberto Freyre, o pintor Cândido Portinari e o arquiteto Oscar Niemeyer, foram acusados de subversão. A Perseguição foi intensificada pela ação implacável do chefe de polícia da capital Federal, Filinto Muller que ficou famoso pela crueldade e sanguinolência que marcou sua atuação no combate ao comunismo (DOMINGUES, 2007).

Para Domingues (2007), A perseguição foi tão intensificada pela ação implacável do chefe de polícia Filinto Muller, conhecido pelas barbáries que marcaram o combate o ao comunismo. O autor destaca o caso de Olga Benário, uma judia alemã, esposa de Luís Carlos Prestes, grávida entregue a polícia alemã, foi morta e metralhada nos campos de concentração nazista de Ravensbrusk em 1942. Estimam-se entre 5.000 e 15.000 pessoas foram presas em todo o país, e em São Paulo mais 400 pessoas foi confinada na antiga fábrica têxtil Maria Zélia, transformada em presidio político.

Carlos Castello Branco, que em muitos momentos fez críticas à ditadura militar, utiliza-se do combate ao autoritarismo do Estado Novo para condenar arbitrariedades do regime. Foi um período relativamente crítico por representar uma transição de política do governo Médici para Geisel. O autor Neves (2005) destaca que em 1974 ocorreram pelo menos três modos de apropriação da memória de Vargas: A do regime que filtrava os conteúdos estatistas ou usava-os a seu favor, a dos populares, fragmentada num culto à Carta-Testamento, e a da oposição que usava a imagem ditatorial de Vargas para se espelhar na realidade política do país, já que os espaços possíveis de circulação de discurso sobre temas políticos eram restritos.

Vargas governou como ditador e democrata, foi reformador social e enquadrou os sindicatos, censurou a imprensa e patrocinou o cinema, o teatro, as artes plásticas e a literatura, perseguiram comunistas e fundou a Petrobrás. Só é possível analisar e compreender o mito pelo todo, pois foi seu grupo político que assumiu o poder em 1930 e fundou o moderno Estado brasileiro, com uma burocracia técnica, impessoal, baseada no mérito, o Estado passa a ser interventor, regulador e planejador (SAVANI, 2014).

2.2 Industrialização

O capitalismo brasileiro nasceu com a introdução da mão de obra assalariada na economia cafeeira do Oeste Paulista, no decênio de 1880. Para prosseguir com o desenvolvimento desse capitalismo, era necessária integração sobre os ideais nacionais que vinha decorrendo da república velha (1889-1930). A questão se colocava quando Vargas assumiu o poder no final de 1930, era como integrar o mercado nacional, necessário para que houvesse maior soberania nacional, além do interesse no desenvolvimento da indústria. Nos anos 30, para que a indústria brasileira desse um salto qualitativo foi necessário que o Estado tivesse uma participação ativa devido à presença quase inexpressiva da indústria de bens de capital e a mobilização de capitais nacionais de recursos externos, que eram escassos em decorrência da crise internacional (SAVIANI, 2013).

Neste contexto nos anos 20, o Brasil era um país rural e agrícola, o censo de 1920 revela que 30% da população brasileira viviam nas cidades e 70%, no campo. Até 1930 a economia do Brasil era única e exclusivamente agrícola. Em 1980, o Brasil era o oitavo PIB industrial do mundo dando uma ideia da mudança de perfil na sociedade e economia em apenas meio século. Para entender esse perfil é necessário saber que as heranças e traços fixados nesse percurso (BARCELA, 2000).

Para Barcela (2000), o que caracterizava o Estado brasileiro no período de (1920-1980) era seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizado e autoritário, não era um Estado de Bem-Estar Social, mas sim, promotor do desenvolvimento e não transformador de relações sociais, no qual o grande objetivo era a ordem econômica, construindo uma potência intermediária no cenário mundial, desempenhando a função de promover a acumulação privado voltado apenas para o crescimento econômico acelerando, o processo de industrialização, sem transformar as relações de propriedades da sociedade brasileira.

Ao longo dos anos de 1930 e 1940 é quem melhor explica a característica e sentido da utopia corporativa de boa sociedade. Essa nova forma institucional de estabilizar a ordem político-social e promover o desenvolvimento econômico do país, cujo paradigma era o mundo urbano-industrial. Esse modelo de organização era o ponto de partida para organização da própria sociedade, a base desse modelo era a participação do povo por meio de organizações em associações profissionais, que repudiam ao problema de incorporação à esfera pública, o que nesse caso se tornava inviável às práticas liberais (GOMES, 2005).

Outra barreira enfrentada por Getúlio Vargas no processo de industrialização foi o período entre 1930 e 1945, passando por duas grandes secas 1932 e 1942. Durante o período de 1877 e 1932 o Brasil estava gestando uma nova estrutura de sentimentos em relação à

pobreza generalizada e que a seca viabilizava. Ocasionalmente um novo relacionamento entre retirante e governante, os habitantes das cidades se tornavam o centro de uma série de atitudes com relação aos miseráveis em momentos de escassez, quanto a legitimidade social era atribuída às ações coletivas que a multidões de retirantes começava a empreender (NEVES, 2001).

Com base em Neves (2001), as demandas apresentadas pelos refugiados da seca, eram recebidas pelas autoridades como desordens, confiantes na capacidade do mercado reequilibrar-se por si mesmo e na secular submissão dos homens do campo. Era preciso regular a economia para que a miséria e a fome não se alastrassem a níveis insuportáveis, destruindo as relações sociais e políticas que mantinham ou pretendiam manter. Essas intervenções, por mais que parecia fruto do planejamento centralizado, racional e moderno conectando as expectativas construídas dentro de um modelo paternalista de ordenamento das relações sociais, curiosamente se articulam aos padrões oligárquicos, dando a característica de complexidade.

Cabe destacar que Vargas era um forte obstáculo na implementação de ideais de defesa ao desenvolvimento de um capitalismo independente, estava em desacordo com interesses de empresários que viam com bons olhos a entrada do capital estrangeiro no país. O liberalismo econômico e a estrutura industrial criada no Brasil durante o primeiro governo de Vargas serviram como atrativo para instalação e desenvolvimento de empresas estrangeiras interessadas em investir no país. Os benefícios promovidos pelo desenvolvimento econômico não se estendiam a todos os brasileiros. A concentração de renda aumentou, provocando um distanciamento social e econômico ainda maior entre as classes. (KANANN, 2004).

Neste sentido, com base em KANANN (2004), O processo de industrialização e urbanização acelerado, cria condições ainda mais favoráveis para instalações de empresas, as montadoras de carro chegam para impulsionar abertura de estradas que ligam as regiões mais distantes do Brasil. Os eletrodomésticos facilitam a vida da dona de casa, o estilo de vida norte-americano estava cada vez mais presente na vida da classe média brasileira. O plano de metas era resolver os problemas provocados pela desigualdade social, principalmente nos locais em que o desenvolvimento não havia chegado.

O custo do desenvolvimento industrial neste período foi o empobrecimento do trabalhador. Enquanto a classe média consumia, o trabalhador, principalmente no campo, vivia em situação de miséria absoluta. As políticas salariais visavam sempre o lucro capitalista, criando uma situação desfavorável para maior parte dos trabalhadores. As filiais

das empresas estrangeiras instalavam em suas fábricas brasileiras tecnologias ultrapassadas não mais empregadas nos países originários. Todo o aparato tecnológico criado pelo governo militar, que envolvia economistas, professores e agrônomos, não conseguia resolver o problema e a desigualdade só aumentava (KANAM, 2004).

Esse processo é notório no que afirma Neves (2001), durante esse período de (1930-1945), o padrão de relacionamento entre retirante e autoridade, a despeito das críticas ao liberalismo político efetuado pelo regime da rapidez e profundidade das intervenções realizadas em 1932-1942, baseou-se no pressuposto do liberalismo econômico e da ideia de mercado livre. A abordagem clássica do liberalismo especialmente no ponto de equilíbrio com medidas intervencionistas.

Neste contexto cabe destacar, o que afirma Leão Apud Barbosa (2015) e releva dizê-lo: o desenvolvimento da indústria não é somente, para o Estado, questão econômica: é, ao mesmo tempo, uma questão política. No regime decaído, todo de exclusivismo e privilégio, a nação, com toda sua atividade social pertenciam a classes ou famílias dirigentes. Tal sistema não permitia a criação de uma democracia laboriosa e robusta, que pudesse inquietar a bem-aventurança dos posseiros do poder, verdadeira exploração a benefício dos privilegiados. Não se pode ser assim sob o sistema republicano. A República só se consolidará entre nós, sobre alicerces seguros, quando as suas funções só se firmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regime, que lhe trará o equilíbrio conveniente.

2.3 Estado Novo

O Estado brasileiro é tradicionalmente, centralizado, com pouca ênfase no bem-estar, ou seja, as tradições assumem muito mais o objetivo de crescimento econômico e muito menos o objetivo de proteção social ao conjunto de sociedade, e isso fez com que o estado adquirisse uma postura de fazedor e não de regulador. O Estado centralizado, em muitos momentos junta-se ao autoritário, mas depois da longa ditadura no período Vargas e longa ditadura dos militares faz com que o viés autoritário permaneça muito forte nas políticas públicas do país (BARCELA, 2000).

O projeto Nacional Varguista não foi capaz de superar as restrições políticas e econômicas, realizar a industrialização pesada e converter a burguesia nacional, elites políticas e militares ao ideário trabalhista de justiça social. A “Era Vargas” constitui-se num conjunto de políticas e economias através de desenvolvimento nacional independente,

baseado num estado forte, centralizado e planejado. Vargas foi o homem que sintetizou o processo da complexa transição da República velha para o moderno Estado brasileiro (SAVIANI, 2013).

Getúlio Vargas precisava da elaboração e da implementação de um projeto que combatesse o artificialismo político e o atraso do Brasil que envolveu diversos políticos e intelectuais. Nesse aspecto em particular, pode-se dizer que o projeto de Estado então implementado o Estado Novo (1937-45), articulava, não sem dificuldade, duas dimensões fundamentais que só podem ser separadas analiticamente. Em primeiro lugar, havia uma dimensão organizacional, materializada na necessidade da construção de uma nova arquitetura institucional para o Estado Republicano. Esse Novo e moderno estado precisava abandonar o velho princípio de separação dos poderes, que vinha sendo criticado e transformado pelo conceito germânico. Em um dos procedimentos para o Brasil, se pudesse construir esse novo tipo de democracia era a conversão da autoridade do presidente em autoridade suprema, um Executivo forte e personalizado era instrumento de estratégia da lei com a justiça para o estabelecimento de uma nova democracia (GOMES, 2005).

Para Gomes (2005), em função da emergência da nova forma de autoridade, encara na figura do Presidente/Executivo, era impossível e desnecessária a existência de partidos políticos e parlamentos. Algo incompatível com a democracia autoritária, que negava a ideia de uma sociedade fundada no dissenso, postulando a tendência à unidade em todos os aspectos. A democracia nova era composta por um único partido: o partido do Estado, que é também partido da Nação. O modelo exigia o sindicato único e sujeito ao controle estatal, uma vez que fosse conhecido como representante de toda uma categoria profissional.

Dez dias antes do golpe de Estado de 1937, Vargas suprimiu o confisco cambial, obtendo simpatia dos cafeicultores, para, logo depois do golpe de Estado, adotando uma política de estímulo industrial por meio da criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, Vargas afirmava que a grande tarefa do momento é mobilização dos capitais nacionais para que tome um grande caráter dinâmico na conquista de regiões atrasadas. O imperialismo do Brasil consistia em ampliar essas fronteiras econômicas e integrar um sistema coerente em que a circulação de riqueza se faça livre rapidamente, baseada em meio ao transporte eficiente que aniquilam as forças desintegradas da nacionalidade. Nesse mesmo tempo, Vargas que o Estado Novo não conhece nos direitos de indivíduo contra a coletividade, os indivíduos têm direitos e deveres (FIORI, 1990).

Vargas é o construtor do moderno Estado brasileiro. Além de ser o líder da transformação de uma economia agrário-exportadora voltada para fora em outra

industrializada e voltada para dentro, ele criou instituições que contribuíram para o desenvolvimento econômico e social do país. A Consolidação das Leis do Trabalho ainda é o arcabouço geral de regulação das relações de trabalho; sem mencionar o salário mínimo; a ampliação do crédito agrícola via programas do governo federal e de carteiras do Banco do Brasil; a criação do BNDES, que ainda financia boa parte dos investimentos na indústria e na infraestrutura; a criação das companhias Vale do Rio Doce e Siderúrgica Nacional (ambas em 1942) e da Petrobrás (em 1954). (SAVANI, 2013).

Atribuindo-se a responsabilidade histórica pela implementação do Estado Novo, na verdade, um processo compartilhado com outros atores e seguimentos sociais. Vargas congrega em torno da lealdade definida pelos apoios instrumentais e também resistências indestrutíveis. Partes das forças que sustentaram o Estado Novo que logo irá se acomodar às novas tendências políticas de democratização de 1945, tarefa tanto mais fácil se consideramos que a atuação nos bastidores os preservou de confrontos de julgamentos. Prepara-se, no entanto, para o desafio da transição, buscando garantir a continuidade da máquina que se construía e capitalizado a população através de leis trabalhistas, o dilatador prepara a metamorfose do líder. (ARAUJO, 1999).

Estado Novo, período no qual o autor pertence ao Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo (1938-1941), ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo etc. Um pouco antes, o autor participa da mobilização industrial paulista durante a revolta de 1932; elege-se deputado pela Assembleia Nacional Constituinte, em 1934, e exerce o cargo até 1937, quando é cassado. Ainda nesse período, preside o Instituto de Engenharia de São Paulo (1933-1934) e a Confederação Industrial do Brasil (1935-1936). No final da Guerra, Simonsen se mostrará um tenaz combatente do comunismo e, como senador eleito em 1946, apoia a cassação dos mandatos comunistas em 1947. Assim, a preocupação social se desenvolve no interior de um homem do regime, apesar das vicissitudes que enfrenta (LEÃO, 2015).

Outro fato relevante foi no contexto da educação dos Surdos no Estado Novo, no qual marca o governo getulista como um período de transformação em diversos setores do Brasil. Nesse período, o tema da criação de um sistema de educação era visto como uma chave para a transformação social que levaria à modernização do país e ao fortalecimento de uma identidade nacional. (WITCHES, 2015). A constituição de organismos nacionais específicos para área de educação a partir da fundação do Ministério de Educação e Saúde em 1931, tal como a criação do Departamento Nacional de Educação (DNE), bem como a criação de secretaria de Estudos Estatísticos (SEE) e mais tarde o Instituto Nacional de Estudo Pedagógico (INEP), em 7 de dezembro de 1943 que dispõe sobre a finalidade d Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM), evidenciando a educação dos surdos no país a capacidade de reforma administrativa estabeleceu uma relação direta ente a prestação de serviço de um setor profissional e a política do governo (WITCHES et. all, 2015).

As políticas internacionais de saúde no “Novo Estado”, também foram um marco, em especial no âmbito do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Criado em 1942 sobre a estrutura do Ministério da Educação e Saúde (MES) do Brasil respaldava-se num acordo entre os governos brasileiros e norte-americanos e realizava as políticas em parceria com Instituto Interamericano (IAIA). E por fim, tinha como objetivos especificam e imediato criar condições sanitárias adequadas nos vales Amazonas e do Rio Doce que garantissem o provimento de matérias-primas cruciais aos reforços militares dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial (RESENHAS, 2007).

Sobretudo no Estado Novo (1937-1945), Vargas pode dominar politicamente os Institutos de Aposentadoria e Pensões - (IAPs), cujas direções que reuniram representantes de patrões e empregados eram formadas pelo controle estatal. Dessa forma, na primeira metade deste século podemos observar o centralismo, verticalismo, autoritarismo corporativo ao lado da saúde pública, o clientelismo, populismo e paternalismo, do lado de instituições de previdência social, incluindo traços médicos. Traços modelados durante cerca de cinquenta anos, ainda sendo característica das instituições e política de saúde brasileira que constituiu a política nesse tempo (THEREZINHA, 1991).

2.4 Período Populista

O sentido de “populismo” que passou para história apresenta uma carga semântica altamente negativa. Para Cervi (2001), os políticos populistas são estigmatizados como enganadores do povo por suas promessas jamais cumpridas como aqueles capazes de articular retórica fácil com falta de caráter. O sentido negativo não está apenas na figura do político, mas no fenômeno como um todo, pois só é possível a eleição de um populista por eleitores que não sabem votar. No Brasil apesar do fenômeno populista ser tardio quando comparado a outros países da América Latina, até mesmo quanto à utilização dos termos “populismo” ou “trabalhismo” para melhor identificar o período da história política Brasileira que vai de 1946-1964.

Na primeira fase de estudos, entre os anos 50 e 60, o populismo era considerado uma espécie de desvio da evolução “natural” da sociedade brasileira em direção ao socialismo e ao enraizamento do sindicalismo operário. Esse desvio populista teria acontecido durante o processo de transformação da sociedade tradicional em moderna, ou de economia eminentemente rural em urbana, a partir dos anos trinta. Trata-se da fase de explicações estruturais para o populismo, na qual se considera que a passagem de sociedade tradicional para sociedade moderna ocorreu paralelamente a um rápido processo de urbanização e de industrialização, mobilizando as massas populares. Uma vez mobilizadas, elas exigem participação política e social, atropelando, com suas pressões, os canais institucionais clássicos. A solução dos problemas gerados pelas transformações estruturais da sociedade deu-

se por golpes militares ou revoluções nacional-populares, sendo as últimas nomeadas de populismo (CERVI Apud idem, 2001).

Nos anos 50/60, a teoria da modernização repercutiu nos meios acadêmicos do país com grande impacto, sobretudo para configuração do populismo. A passagem de uma sociedade tradicional para uma moderna ocorreu em um rápido processo de urbanização e industrialização, mobilizando as “massas populares”. A resolução de problemas ocorreu com golpes militares ou com revoluções nacionais-populares, sendo as últimas, resultados do populismo, além das aspirações das massas populares forçando a alteração do sistema político. Cabe destacar que o período mais democrático até então foi durante a fase populista, no qual uma nova constituição foi promulgada no ano de 1946 favorecendo a democracia livre formação de partido, permitindo investimento do exterior nas construções de diversos empreendimentos no país (FERREIRA 2010).

No período que se segue, compreendendo a conjuntura de ascendência e hegemonia do Estado populista, observa-se a criação dos institutos de seguridade social (Instituto de Aposentadoria e Pensões- IAPs), organizados por categorias profissionais. Tais institutos foram criados por Getúlio Vargas ao longo dos anos 30, favorecendo as camadas de trabalhadores urbanos em seus sindicatos dominantes. Todas constituíram pontes com o mundo urbano-industrial em ascensão na economia e na sociedade brasileira até então (THEREZINHA, 1991).

3. Considerações Finais

Primeiramente é fundamental entender a importância de se estudar o período que se sucedeu a “Era Vargas” e suas contribuições para Brasil. Para entender essa pertinência é necessário compreender todo o contexto histórico na sociedade brasileira. A proposta do presente estudo partiu da hipótese de que Getúlio Vargas teria um sido um personagem ímpar na história do Brasil, além dos pós e contras do tempo em que permaneceu na república.

A importância história de Vargas para o Brasil é indiscutível, porém, seu legado desperta amor e ódio, por sua condição, popular e por vezes controversas.

O suicídio o colocou definitivamente na história, como diz em sua carta de despedida, porém, os fatos que levaram até esse ocorrido, são de suma importância para compreendermos o momento político brasileiro e sua conjuntura.

Embora tenha sido um ditador, Vargas era um nacionalista, e fez do seu governo um período de grande desenvolvimento com relação ao investimento no Brasil. Entretanto, sua maior marca e legado estão relacionados a área do trabalho, gerando empregos, melhorando condições de trabalho e agregando direitos aos trabalhadores.

Getúlio é mais que um simples personagem da história do Brasil, mas um mito que foi até as últimas consequências com relação as suas convicções, e transformou para sempre a política brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria, G.. **As instruções Brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BARCELA, Tânia. **As Políticas no Brasil: Heranças, Tendências e Desafios**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

CERVI, Emerson, V. **As Setes Vidas do Populismo**. Revista de Sociologia e Política, n.11, p.151-156, nov, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. **“Constantemente Derruba Lagrimas” o Drama de Uma Liderança Negra no Cárcere do Governo Vargas**. TOPOI, v.8, n.14, jan-jun, p.147-171, 2007.

FERREIRA, Jorge. **O Nome e a Causa: O Populismos Na Política Brasileira**. Rio de Janeiro, p.61-124, 2010.

FERREIRA, Marieta, M. **Getúlio Vargas: Uma Minoria em Disputa**. Rio de Janeiro: DPDOC, 2006.

FIORI, José, L. **Sonhos Prussianos, crises Brasileira- Leitura Política de Uma Industrialização Tardia**. Ensaio FEE, v. 11, p.41-61, Porto Alegre, 1990.

GOMES, Ângela, C.. **Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: O Legado de Vargas**. Revista USP, São Paulo, n.65, p. 105-109, Março/ Maio, 2005.

KANAAN, Hanes, S.. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil Octo Ianni**. Santa Catarina, 2004.

LEÃO, Igor, Z. C.; PINTO, Thiago, L. O. R; SILVA, Newton, G.. **Roberto Sinonesen na Origem de Moderno Pensamento Social Brasileiro**. Economia e Sociedade, v. 24, n.1, v.53, p.177-199, Abr, 2015.

NEVES, Frederico, C. **Getúlio e a Seca: Políticas Emergenciais na Era Vargas.** Revista Brasileira de História, v.21, n.40, p.107-131, 2001.

RESENHAS. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960.** Rev Cad Saúde Pública, v.23, n.5, p.1237-1244, maio, 2007.

SAVIANI, Hermógenes. **A Era Vargas: Desenvolvimento, Economia e Sociedade.** V.22, n.3, p.855-860, Dez, 2013.

SOARES, Gláucio A.P. **Sociedade Política no Brasil.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

THEREZINHA, Madel. L.. **Notas Sobre as Políticas de Saúde no Brasil de “Transição Democrática”- Anos 80.** Revista Saúde Coletiva, v.1, n.1, 1991.

WITCHES, Pedro, H.; LOPES, Mauro, c. **Educação dos Surdos Governamentalidade Linguística no Estado Novo (Brasil 1934-1948).** Dest. Educ, v.19, n.47, Set/Dez, 2015.